

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA ABERTO**

### **OBJETO**

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme documento oficializador de demanda, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL PREVISTO DA CONTRATAÇÃO** R\$ 331.497,46 (trezentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos).

**DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 08/08/2024 às 08:30 horas (horário de Brasília), recebimento das propostas até as 08:25 horas.

**LOCAL DE ACESSO:** [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço – Item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

## SUMÁRIO

1. OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DECLARAÇÕES
4. DO PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA
5. IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
7. DA ETAPA COMPETITIVA (LANCES)
8. DO MODO DE DISPUTA
9. DA NEGOCIAÇÃO E PROPOSTA AJUSTADA
10. DA FASE DE JULGAMENTO
11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO
13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURIDICA
14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
15. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA
16. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL
17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
19. DA ATA DE REGISTRO E DO CONTRATO
20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
21. DA REVISÃO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
22. DA ENTREGA DOS ITENS
23. SANÇÕES E INFRAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO
24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
25. INEXECUÇÃO DO CONTRATO, RESCISÃO E PENALIDADES
26. DISPOSIÇÕES GERAIS
27. ANEXOS:
  - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
  - ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
  - ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.
  - ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.
  - ANEXO V - DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR MICRO-EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
  - ANEXO VI – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
  - ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

## MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA ABERTO**

Torna-se público que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO/MG**, CNPJ n.º 16.726.028/0001-40, situado na Rua Mons. Mário da Silveira, 110 – centro - Capitólio-MG, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal Sr. Cristiano Geraldo da Silva, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos, Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e pela Lei Complementar n.º 155/2016, Decretos Municipais n.º 406/2023, 407/2023, 408/2023 e demais legislações aplicáveis.

O fornecedor será selecionado com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 54/2024 e o Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos endereços eletrônicos: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) ou [capitolio.mg.gov.br](http://capitolio.mg.gov.br).

### 1. OBJETO

**1.1.** Seleção de melhor proposta visando o registro de preços para a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme documento oficializador de demanda, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante e complementar deste Edital.

**1.2.** A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência (ANEXO I), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

**1.3.** A contratação justifica-se pelo objetivo de promover a revitalização e manutenção do paisagismo no Município de Capitólio e a consequente busca por uma maior harmonia do ambiente. Estudos demonstram que a inserção do paisagismo promove um ambiente mais tranquilo, agradável e alegre de se frequentar. Ou seja, com mais qualidade de vida e satisfação da população, considerando o Estudo Técnico Preliminar (ANEXO II) elaborado e Termo de Referência (ANEXO I).

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Departamento de Gestão de Suprimentos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo novo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do novo BBMNET – Licitações Públicas, no endereço [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

**2.2** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los

atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

2.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

2.5 O licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6 A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando tratar-se de ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, neste caso, denota-se a existência, no mercado, de diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, visto que o objeto a ser licitado não é considerado de alta complexidade ou de grande vulto, não trazendo prejuízos à competitividade do certame, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas;

2.7.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.4 Demais casos explicitados no art. 14º da Lei nº 14.133/2021:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

### **3 DECLARAÇÕES**

#### **3.1 O licitante deverá declarar que:**

3.1.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.1.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.1.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.1.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.1.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.1.7 Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.1.8 Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

3.1.9 Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de CAPITÓLIO/MG que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;

3.1.10 Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3.1.11 Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.2 A declara76o falsa relativa ao cumprimento de qualquer condi76o sujeitar6 o licitante 6s san76es previstas em lei e neste Edital.

3.3 A licitante dever6 anexar a **DECLARA76O UNIFICADA**, conforme ANEXO IV.

3.4 **DECLARA76O COMPLEMENTAR DE MICRO-EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme ANEXO V.

#### **4 DO PREENCHIMENTO E APRESENTA76O DA PROPOSTA ELETR6NICA**

4.1 O licitante dever6 descrever resumidamente as especifica76es do objeto ofertado em campo pr6prio do sistema, conforme n6mero de caracteres permitidos, atentando-se sempre que poss6vel 6 descri76o do objeto, contendo as informa76es similares 6 especifica76o do Termo de Refer6ncia, at6 a data e o hor6rio estabelecidos para abertura da sess6o p6blica.

4.1.1 As licita76es aptas para o recebimento de propostas est6o dispon6veis na Plataforma BBMNET no menu “Sala de Disputa”, no campo das licita76es na coluna (menu) da etapa “Aberto para receber propostas”. O licitante interessado poder6 utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”. O licitante dever6 enviar a sua proposta mediante o preenchimento pr6vio das informa76es exigidas no Sistema. O Acesso para participar das licita76es est6 condicionado ao cadastro pr6vio do interessado na Plataforma BBMNET Licita76es.

4.2 Todas as especifica76es do objeto contidas na proposta vinculam o licitante. O pre76o proposto dever6 ser expresse em moeda corrente nacional, com at6 02 (duas) casas decimais (0,00).

4.2.1 Para fins de agilidade e economicidade dos recursos p6blicos, aqueles proponentes que oferecerem lances/propostas com mais de 2 (duas) casas decimais, caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poder6 convocar no CHAT MENSAGEM para atualiza76o do referido lance, e/ou realizar a atualiza76o dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permane76a inerte.

4.3 Nos valores propostos dever6o estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenci6rios, trabalhistas, tribut6rios, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execu76o do objeto.

4.4 Os pre76os ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, s6o de exclusiva responsabilidade do licitante, n6o lhe assistindo o direito de pleitear qualquer altera76o, sob alega76o de erro, omiss6o ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta n6o poder6 ser inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresenta76o.

4.6 A apresenta76o das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposi76es nelas contidas, em conformidade com o que disp6e o Termo de Refer6ncia, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornec6-lo, em quantidades e qualidades adequadas 6 perfeita execu76o contratual, promovendo, quando requerido, sua substitui76o.

4.7 A proposta apresentada dever6 refletir pre76os equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresenta76o.

4.8 Havendo discord6ncia entre os pre76os unit6rios e totais, prevalecer6o os primeiros, e entre os valores

expressos e por extenso, serão considerados estes últimos.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, a qual somente ocorrerá após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances, quando será exigida a documentação de habilitação pelo licitante melhor classificado.

4.9.1 Em caso de inabilitação do licitante melhor classificado, serão convocados os licitantes subsequentes, respeitada a ordem de classificação das propostas, na forma do item 4.9.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, somente após a fase de envio de lances.

## **5 IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os termos deste Edital, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [licitacapitolio2@gmail.com](mailto:licitacapitolio2@gmail.com) e [italo.licitacapitolio@gmail.com](mailto:italo.licitacapitolio@gmail.com).

5.4 O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente estar acompanhado de CPF ou RG em se tratando de pessoa física, e de CNPJ em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, em que o procurador deve comprovar que efetivamente representa e possui poderes para representar a impugnante.

5.5 Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos oferecidos depois de vencidos os respectivos prazos legais.

5.6 O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da Prefeitura quanto do emissor.

5.7 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo descrito no item 5.2.

5.8 Procedentes as razões da petição de impugnação contra o ato convocatório ou sendo os esclarecimentos contrários às disposições editalícias serão realizadas as devidas modificações no edital, implicando em nova divulgação, na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.10 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



6.2 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4 Caberá ao licitante, interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.5 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e o horário limite estabelecido. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

6.6 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.7 Ressalta-se que este Município não é o provedor do sistema “BBMNET Licitações”, devendo o licitante entrar em contato através do site [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

6.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido pelo Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

## **7 DA ETAPA COMPETITIVA (LANCES)**

7.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2 **O lance deverá ser ofertado pelo valor com até 02 (duas) casas decimais (0,00).**

7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.4 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **1% (um por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADA** a identificação do ofertante.

7.6 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.7 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração após o encerramento da



fase de lances.

7.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

7.9.1 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

7.10 O pregoeiro poderá, durante a disputa, justificadamente, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, com a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do seu direito de defesa.

7.11 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

7.12 Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

7.13 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes ou itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

## **8 DO MODO DE DISPUTA**

8.1 Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o MODO DE DISPUTA **ABERTO**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. Somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$).

8.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.1.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.1.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.1.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.1.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.2 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.3 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate,

nesta ordem:

- 8.3.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.3.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021.
- 8.3.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 8.3.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.3.5 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais, empresas brasileiras, empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **9 DA NEGOCIAÇÃO E PROPOSTA AJUSTADA**

- 9.1 Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
  - 9.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 9.1.2 A negociação será conduzida pelo Pregoeiro, na forma do Decreto Municipal nº 407/2023, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 9.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 9.1.4 **O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.**
- 9.2 É facultado ao pregoeiro, excepcionalmente, prorrogar o prazo definido no item 9.1.4, em decisão fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou caso fortuito, de ofício ou mediante solicitação justificada do licitante.
- 9.3 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 DA FASE DE JULGAMENTO**

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e disposições deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastros de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de onde tiver sede o particular, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3 O Pregoeiro poderá realizar diligência para aferição de impedimento de licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.4 A tentativa de burla poderá ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5 Constada a hipótese do item 10.3 do presente edital, será franqueado ao licitante, previamente a uma eventual inabilitação, o direito ao exercício do contraditório e ampla defesa.

10.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.7 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.8 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício em conformidade com a legislação correlata.

10.9 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.10 Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.10.1 Contiver vícios insanáveis;

10.10.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.10.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.10.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.10.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.11 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.12 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.13 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.14 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo

Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços razoáveis praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.2. Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, o Pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

11.2.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

11.2.3. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.3. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

11.4. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

11.5. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da contratação ou da área especializada no objeto.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.2. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

12.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, e, sendo o caso, por ocasião da assinatura do Contrato, traduzidos por tradutor juramentado.

**12.4. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.**

12.4.1. É facultado ao pregoeiro, excepcionalmente, prorrogar o prazo definido no item 12.4, em decisão

fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou caso fortuito, de ofício ou mediante solicitação justificada do licitante.

12.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.6. Fica autorizada, como faculdade, a verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

12.8. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.10. A documentação exigida para atender os itens 13 e 14 poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, na forma do art. 87 da Lei 14.133/21, à exceção dos documentos que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF.

### **13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURIDICA**

13.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.1.2 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.3 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

13.1.4 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.5 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.**

14.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

14.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

14.3 Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, quando houver inscrição.

14.4 Prova de regularidade para com os débitos MUNICIPAIS, quando houver inscrição.

14.5 Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

14.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

14.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.8 Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

14.9 Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo quando houver irregularidade.

14.10 Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do proponente como vencedor, prorrogável por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

14.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## **15. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

15.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento, ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

## **16. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL**

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 30 (trinta) minutos concedido na sessão pública, imediatamente posterior ao término do julgamento das propostas, do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

16.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.5 O recurso, com efeito suspensivo, será dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo ao Prefeito Municipal ou agente por ele delegado, que deverá proferir sua **decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

16.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento, os quais serão indicados de forma expressa na decisão.

16.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: <http://www.novobbmnet.com.br>.

## **17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.



17.2 No caso de revogação do processo licitatório, o motivo determinante deverá ser resultante de fato superveniente, devidamente comprovado.

17.3 Nos casos de nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

17.4 Nos casos de revogação e anulação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **18 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1 As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária: 02.10.15.452.0008.2249.339030, 02.15.18541.0008.2249.339030 e 02.18.15.512.0009.2211.339030.

## **19 DA ATA DE REGISTRO E DO CONTRATO**

19.1 Homologado o resultado da licitação, será lavrada ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

19.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 01 (um) ano, prorrogável por até igual período, desde que: I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações; e II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

19.3 Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

19.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

19.5 A contratação com os fornecedores, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, quando for o caso, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos moldes previstos no edital.

19.6 O contrato terá vigência de 01 (um) ano contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.7 A Administração terá a opção extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.8 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **20 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

20.1 O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, sempre após a emissão da AF (Autorização de Fornecimento), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Capitólio, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

20.2 Da entrega dos itens: Conforme disposto no termo de referência deste Edital.

20.3 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou ARP sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.4 O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, na forma do art. 12, § 2º, do Decreto Municipal nº 408, 01 de novembro de 2023.

20.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.

20.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **21 DA REVISÃO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

21.1 O preço será fixo e irrevogável, no prazo de um ano, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do Contratado e com comprovação documental, nas condições previstas na Lei 14.133/2021, devendo encaminhar o requerimento ao Prefeito ou gestor do contrato, que deverão proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

21.2 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

21.3 Após o interregno de um ano, contado da data base fixada na Ata de Registro de Preços, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22 DA ENTREGA DOS ITENS**

22.1 Para utilização da Ata de Registro de Preços, o Município de Capitólio-MG emitirá a Autorização de Fornecimento à empresa detentora da Ata.

22.2 Os itens ter6o entrega de forma parcelada conforme necessidade desta Prefeitura. A empresa receber6 atrav6s de e-mail, ou pessoalmente a Autoriza76o de Fornecimento, e dever6o ser entregues no prazo previsto no termo de refer6ncia.

22.3 A contratada dever6 responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, cargas e descargas, desde a origem at6 a sua entrega no local de destino, e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na execu76o do objeto desta licita76o como despesas com m6o-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, entre outros.

22.4 A n6o entrega dos itens, ser6 motivo de aplica76o das penalidades previstas neste edital.

22.5 Os objetos ser6o dados como recebido conforme:

- a) Provisoriamente, de forma sum6ria, pelo respons6vel por seu acompanhamento e fiscaliza76o, com verifica76o posterior da conformidade do material com as exig6ncias contratuais;
- b) Definitivamente, por servidor ou comiss6o designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exig6ncias contratuais.

22.6 Os itens licitados s6o quantidades estimadas, sendo consideradas apenas para fins de adjudica76o e posterior convoca76o para assinatura da Ata de Registro de Pre7o.

22.7 As licitantes para as quais forem adjudicados itens constantes deste edital e forem convocadas para assinatura da Ata, obter6o apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens at6 o t6rmino da vig6ncia da Ata de Registro de Pre7os.

22.8 O Munic6pio de Capit6lio/MG n6o se responsabiliza por preju6zos financeiros, n6o cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alega76o da expectativa da compra por parte da Prefeitura Municipal de Capit6lio.

22.9 A n6o entrega dos itens, ser6 motivo de aplica76o das penalidades previstas neste edital, bem como o DESCREDENCIAMENTO da licitante, respeitado o devido processo legal administrativo.

## **23 SAN76ES E INFRA76ES DO PROCESSO LICITAT6RIO**

23.1 Caber6 multa compensat6ria a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem preju6zo das demais san76es administrativas e indeniza76o suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

- 23.1.1 Apresentar declara76o ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);
- 23.1.2 Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 5% (dez por cento);
- 23.1.3 N6o mantiver sua proposta, at6 o momento da adjudica76o: multa de 10% (vinte por cento);
- 23.1.4 Recusar a celebrar/assinar o instrumento de contrata76o: Multa punitiva de 20% (vinte por cento), em valor n6o inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

23.2 Cumulativamente ou n6o, com san76es anteriores poder6 ainda ser aplicada a suspens6o tempor6ria de participa76o de licita76o e contratar com o munic6pio, pelo prazo de at6 2 (dois) anos.

23.3 As san76es por atos praticados durante a execu76o do objeto contratado est6o previstas na minuta do contrato.

## **24 DA FISCALIZA76O E GEST6O CONTRATO**

24.1 A obrigação decorrente desta licitação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*). Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega do objeto, o prazo poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

24.2 A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*).

24.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

24.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

24.5 O responsável pela fiscalização será o Diretor de Políticas de Regularização Ambiental da Secretária de Desenvolvimento Economico Sustentavel, Diogo César Vilela.

24.6 A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

24.7 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução das obrigações desta licitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

24.8 Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei n.º 14.133/21, art. 121, *caput*).

24.9 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto licitado (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

24.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.11 O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 407/2023).

24.12 O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato desde a sua concepção até a finalização. (art. 10, Decreto n.º 407/2023).

24.13 O responsável pela gestão do contrato será Secretario de Desenvolvimento Economico Sustentavel, Wesley Almeida Teixeira.

## **25 INEXECUÇÃO DO CONTRATO, RESCISÃO E PENALIDADES**

25.1 O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

previstas no art.155 e art.156 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

25.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a detentora/contratada que:

- A) der causa à inexecução parcial do CONTRATO;
- B) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- F) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- a) O atraso injustificado na execução do CONTRATO sujeitará a contratada ao pagamento de multa no valor de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso.
- b) Na hipótese de a contratada inadimplir total ou parcialmente o CONTRATO, a Administração poderá garantida prévia defesa, aplicar multa de 10% (dez por cento), do valor total registrado, devidamente atualizado;
- c) A Administração Pública do Município de Capitólio se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor da multa.

25.3 A aplicação das sanções previstas nesta neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade

competente.

25.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

25.7 A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

25.10 Os débitos da detentora/contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

25.11 O objeto do presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- a) Descumprir as condições do Contrato;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

- c) Não aceitar reduzir o seu preço contratado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- d) O cancelamento do contrato nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- e) O cancelamento do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do contrato, devidamente comprovados e justificados: Por razão de interesse público; ou
- f) A pedido do fornecedor.

## **26 DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1 O resultado e demais atos do presente certame serão divulgados no endereço eletrônico <https://www.capitolio.mg.gov.br/portal/editais/1>, na aba licitações e <http://www.novobbmnet.com.br>.

26.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução do resultado do processo licitatório.

26.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.4 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.

26.5 Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

26.6 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

26.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Paço Municipal.

26.8 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, deste que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

26.9 Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de lotes ou itens, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação do processo de licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

26.10 As comunicações entre a Prefeitura e o Licitante participante, seja no âmbito da licitação seja em eventual processo administrativo apuratório de responsabilidade dela decorrente realizar-se-á, preferencialmente, de forma eletrônica, cabendo ao Licitante manter seu e-mail de cadastro junto a Prefeitura atualizado, eis que será utilizado como ferramenta de comunicação entre as partes.

## **27 ANEXOS**

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.



ANEXO IV - Modelode de Declaração Unificada.

ANEXO V - Declaração complementar micro-empresa e empresa de pequeno porte

ANEXO VI – Minuta Ata de Registro de Preços

ANEXO VII - Minuta do Contrato Administrativo

Capitólio/MG, 24 de julho de 2024.

---

Cristiano Geraldo da Silva  
Prefeito Municipal

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de mudas nativas e mudas de plantas ornamentais para os canteiros centrais de vias, rotatórias, orla da lagoa, praças, arborização de logradouros públicos e áreas verdes se justifica pelo objetivo de se promover a revitalização e manutenção do paisagismo no Município de Capitólio e a consequente busca por uma maior harmonia do ambiente. Estudos demonstram que a inserção do paisagismo promove um ambiente mais tranquilo, agradável e alegre de se frequentar. Ou seja, com mais qualidade de vida e satisfação da população. Os itens, objeto da licitação são comuns de fácil disponibilização no mercado, não havendo peculiaridade.

### 3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS, ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - PREÇO DE REFERÊNCIA.

Item	Unid.	Quant.	Especificações	Preço Médio Unit. R\$	Preço Médio Total. R\$
1	Unid	50	<b>Muda de Quaresmeira</b> <b>Características das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
2	Unid	80	<b>Muda de Árvore Samambaia (<i>Filicium Decipiens</i>)</b> <b>Características das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00	R\$ 12.800,00

3	Unid	50	<p><b>Muda de Resed6</b> (cores variadas)</p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcaç6o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa formaç6o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificaç6es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarraç6o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$170,00	R\$ 8.500,00
4	Unid	50	<p><b>Muda de Ip6</b> (cores variadas)</p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcaç6o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa formaç6o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificaç6es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarraç6o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00	R\$ 8.000,00
5	Unid	50	<p><b>Muda de Lofanteira</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcaç6o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa formaç6o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificaç6es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarraç6o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00	R\$ 8.000,00
6	Unid	50	<p><b>Muda de Sete Copas</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcaç6o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa formaç6o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificaç6es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarraç6o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00	R\$ 8.000,00

7	Unid	50	<p><b>Muda de Pata de Vaca</b>  <b>Características das mudas:</b>  - Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação  - DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)  - Bom estado fitossanitário  - Boa formação com fuste único  - Copa com pelo menos 3 ramificações  - Ausência de sinais de estiolamento  <b>Incluso tutoramento das mudas:</b>  - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	R\$ 160,00	R\$ 8.000,00
8	Unid	50	<p><b>Muda de Manacá da Serra</b>  <b>Características das mudas:</b>  - Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação  - DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)  - Bom estado fitossanitário  - Boa formação com fuste único  - Copa com pelo menos 3 ramificações  - Ausência de sinais de estiolamento  <b>Incluso tutoramento das mudas:</b>  - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
9	Unid	50	<p><b>Muda de Flamboyant</b>  <b>Características das mudas:</b>  - Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação  - DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)  - Bom estado fitossanitário  - Boa formação com fuste único  - Copa com pelo menos 3 ramificações  - Ausência de sinais de estiolamento  <b>Incluso tutoramento das mudas:</b>  - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
10	Unid	50	<p><b>Muda de Sibipiruna</b>  <b>Características das mudas:</b>  - Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação  - DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)  - Bom estado fitossanitário  - Boa formação com fuste único  - Copa com pelo menos 3 ramificações  - Ausência de sinais de estiolamento  <b>Incluso tutoramento das mudas:</b>  - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
11	Unid	50	Muda - <b>Estrelitzia</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00

12	Unid	100	Muda – <b>Palmeira Rabo de Raposa</b> , com altura m6nima de 2,0 metros.	R\$ 156,67	R\$ 15.667,00
13	Unid	100	Muda – <b>Coco An6o</b> , com altura m6nima de 1,5 metros.	R\$ 61,67	R\$ 6.167,00
14	Unid	100	Muda - <b>Bougavile Arbustivo (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	R\$ 51,67	R\$ 5.167,00
15	Unid	100	Muda - <b>Bougavile Trepadeira (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00
16	Unid	100	Muda – <b>Mini Rosas (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,15 metros.	R\$5,33	R\$ 533,00
17	Unid	100	Muda – <b>Palmeira Fenix</b> , com altura minima de 1,0 metros.	R\$ 106,67	R\$ 10.667,00
18	Unid	50	Muda - <b>Brom6lia</b> , com aproximadamente 0,50 metros	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
19	Unid	500	Muda - <b>Ixora africana</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	R\$ 11,66	R\$ 5.833,33
20	Unid	500	Muda - <b>Agapanto</b> , com aproximadamente 0,30 metros.	R\$ 6,72	R\$ 3.362,50
21	Caixa	200	Caixa com 15 unidades - <b>Lirio pes (Liriope spicata)</b> .	R\$ 52,50	R\$ 10.500,00
22	Caixa	150	Caixa com 15 unidades - <b>Lantana Camar6</b> , diversas cores.	R\$ 48,33	R\$ 7.250,00
23	Unid	1.000	Muda – <b>S6lvia Vermelha</b> .	R\$ 3,27	R\$ 3.270,00
24	Unid	3.000	Muda – <b>Tagete An6</b> , diversas cores.	R\$ 3,27	R\$ 9.810,00
25	Unid	50	Muda - <b>Azal6ia</b> , com aproximadamente 0,40 metros e de diversas cores.	R\$ 11,67	R\$ 583,87
26	Unid	3.000	Muda – <b>Periquito Vermelho</b>	R\$ 3,10	R\$ 9.300,00
27	Unid	50	Muda - <b>Cica</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 110,00	R\$5.500,00
28	Unid	5.000	Muda - <b>SunPatiens</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	R\$ 7,50	R\$ 37.500,00
29	Unid	150	Muda – <b>Pingo de Ouro</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 6,07	R\$ 910,50
30	Unid	1200	Muda – <b>Lavanda Alfazema</b> , com aproximadamente 0,20 metros.	R\$ 3,50	R\$ 4.200,00
31	Unid	20	Muda – <b>Trepadeira Sete Legua</b> , com aproximadamente 0,80 metros.	R\$ 23,33	R\$ 466,66
32	Unid	1000	Muda – Rabo de gato Acalypha reptans, com aproximadamente 0,40 metros	R\$ 8,07	R\$ 8.070,00
33	Unid	1500	Grama amendoim – 0,15 metros	R\$ 1,00	R\$1.500,00
34	Unid	100	Mudas - Trepadeira Jade (Vermelha, negra ou Azul)	R\$ 58,33	R\$ 5.833,00
35	Saco	200	Substrato de composto org6nico (saco com 20Kg)	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
36	Saco	10	Adubo Superfosfato Simples (saco com 50Kg) , com composi66o de 18% de f6sforo, 16% de c6lcio e 10% de enxofre	R\$ 128,00	R\$ 1.280,00
37	Saco	20	Adubo NPK 20-05-20 (saco com 25Kg), com composi66o de 20% de nitrog6nio, 5 % de f6sforo e 20% de pot6ssio	R\$ 139,33	R\$ 2.786,60
38	M²	5.000	<b>Grama esmeralda (Zoysia japonica)</b> bem enraizada e isenta de pragas e doen6as, com tapetes em formato retangular nas medidas 62,5 x 40cm.	R\$ 14,93	R\$ 74.650,00

Valor total: R\$ 331.497,46 (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais, quarenta e seis centavos).

#### **4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1 O Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da Ordem de Compra pelo setor responsável, no local definido pelo emissor da ordem de compra ou no Almoxarifado Central.

4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

#### **5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE e DA CONTRATADA**

##### **5.1 São obrigações da contratante:**

5.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

5.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

5.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

5.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

5.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5.2** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

5.2.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.2.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.2.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.2.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



5.2.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

5.2.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

5.2.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

5.2.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

5.2.16 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

5.2.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.2.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **6. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO GESTOR E FORNECEDOR:**

6.1 Compete ao ÓRGÃO GESTOR:

- a) Administrar a presente ata, para acompanhamento dos fornecimentos realizados;
- b) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.
- c) Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor Detentor do Preço Registrado no valor correspondente ao fornecimento dos bens/produtos/serviços;
- d) Efetuar o pagamento referente ao objeto à Contratada nos termos avençados entre as partes;
- e) Acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;
- f) realizar o procedimento licitatório pertinente;
- g) indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços;

- h) informar sobre existência de pedido de revisão de preços pendente de julgamento ou decisão;
- i) acompanhar o consumo dos itens registrados pelos órgãos participantes e pelos órgãos não participantes;
- j) receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente;
- k) conduzir e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e no acompanhamento da ata de registro de preços;
- l) aplicar sanção de impedimento de licitar e contratar, resultante de infrações aos termos dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, durante a sua vigência;
- m) submeter a proposta de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao secretário municipal ou autoridade máxima do órgão ou entidade, resultante de infrações aos termos dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, praticadas durante a sua vigência;
- n) autorizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços;
- o) divulgar na Internet, em página mantida pelo Município de Capitólio, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes;
- p) cancelar e rescindir a ata de registro de preços.

6.2. Compete ao FORNECEDOR:

- a) Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro.
- b) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- c) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, cargas e **descargas**, se houver, desde a origem até a sua entrega no local de destino;
- d) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte os produtos/serviços/materiais em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- e) Observar os prazos estipulados.
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GESTOR e/ou ORGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
- g) Aceitar os acréscimos nos quantitativos, sempre nas mesmas condições registradas;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Capitólio - MG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.
- i) Aceitar, sem restrições, a fiscalização do ÓRGÃO GESTOR, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento.
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados ao ÓRGÃO GESTOR ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados;
- k) Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos produtos/serviços/materiais;

- l) Responder pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;
- m) Garantir a boa qualidade dos produtos/serviços/materiais entregues;
- n) Absorver qualquer tributo, seja, federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos que constituem objeto deste contrato, correndo a sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativa ou judicialmente, de cobrar ao ÓRGÃO GESTOR, qualquer tributo, ainda que suscetível de translação;
- o) Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento;
- p) Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pelo ÓRGÃO GESTOR em caso de serem acionados judicialmente;
- q) Cumprir, as responsabilidades, as obrigações e as condições de entrega constantes do Termo de Referência/Especificação técnica.

## **7 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

7.1. A obrigação decorrente desta licitação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*). Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega do objeto, o prazo poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

7.2. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*).

7.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

7.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

7.2.3. O responsável pela fiscalização será o Diretor de Políticas de Regularização Ambiental da Secretária de Desenvolvimento Economico Sustentavel, Diogo César Vilela.

7.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

7.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução das obrigações desta licitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

7.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei n.º 14.133/21, art. 121, *caput*).

7.6 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto licitado (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8 O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 407/2023).

7.9 O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato desde a sua concepção até a finalização. (art. 10, Decreto n.º 407/2023).

7.10 O responsável pela gestão do contrato será a Secretario de Desenvolvimento Economico Sustentavel, Wesley Almeida Teixeira.

## **8 DO PAGAMENTO**

8.1 O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do item licitado, sempre após a emissão da OF (Ordem de Fornecimento), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Capitólio, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

8.2 Para a execução do pagamento a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome o Município de Capitólio, CNPJ n.º 16.726.028/0001-40, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

8.3 A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do Município de Capitólio, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida nota fiscal parapagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

## **9 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias n.º 02.10.15.452.0008.2249.339030 02.15.18541.0008.2249.339030 02.18.15.512.0009.2211.339030.

## **10 DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO, RESCISÃO E PENALIDADES**

**10.1.** A ATA/CONTRATO deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, a detentora/contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial da ATA/CONTRATO;
- b) der causa à inexecução parcial da ATA/CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total da ATA/CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ATA/CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ATA/CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando a detentora/contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ATA/CONTRATO, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ATA/CONTRATO, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV) Multa:**

a) O **atraso** injustificado na execução da ATA/CONTRATO sujeitará a detentora ao pagamento de multa no valor de **1% (um por cento)** sobre o valor total da ata, **por dia de atraso**.

b) Na hipótese da detentora/contratada **inadimplir total ou parcialmente** a ATA/CONTRATO, a Administração poderá garantir prévia defesa, aplicar multa de **10% (dez por cento)**, do valor total registrado, devidamente atualizado;

c) A Administração Pública do Município de Capitólio se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à detentora/contratada, o valor da multa.

10.3. A aplicação das sanções previstas nesta ATA/CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à detentora/contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à detentora, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos da detentora/contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesma ata ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10.12. O objeto do presente Termo poderá ser rescindido:

10.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços/Contrato;

10.12.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado/contratado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

10.12.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.12.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

10.12.5.1. Por razão de interesse público; ou

10.12.5.2. A pedido do fornecedor.

## **11. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.**

11.1 O plano de contratação não é obrigatório ao ente municipal cabendo ainda sua regulamentação e elaboração.

11.2 O alinhamento entre a contratação e o planejamento está assegurado por existir disponibilidade financeira e orçamentária previstas para 2024, evitando-se desequilíbrios financeiros e garantida a viabilidade da contratação.

## **12. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

12.1 Homologado o resultado da licitação, será lavrada ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

12.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, prorrogável por até igual período, desde que: I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações; e II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

12.3 Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

12.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

12.5 A contratação com os fornecedores, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, quando for o caso, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos moldes previstos no edital.

12.6 O contrato terá vigência de 01 (um) ano contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

12.6.1 A Administração terá a opção extinguir a ata, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

## **13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

13.1 Requisitos Mínimos de Qualidade:

São Necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

Os requisitos resumem-se nos padrões mínimos de qualidade, bem como no prazo de garantia de cada



item descrito no Termo de Referência.

Todas as plantas deverão ser apresentadas cumprindo os seguintes requisitos:

- Estado fitossanitário livre de pragas, doenças e nematoides;
- Sem a presença de plantas invasoras perenes no recipiente do torrão ou substrato (tiririca, grama seda e outras);
- A planta deve estar aclimatada para o seu respectivo ambiente de plantio;
- Porte, da planta, conforme descrito no edital;
- Aparência nutricional saudável;
- Atender as especificações de cada planta conforme sua identidade;

#### 13.2 Requisitos de Sustentabilidade:

- a) A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.
- b) As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto à observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 13 de 23 de agosto de 2021, no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais.

#### 13.3 Requisitos Contratuais

- a) O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- b) O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

##### 13.3.1 Dos documentos de habilitação

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURIDICA

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, quando houver inscrição.

Prova de regularidade para com os débitos MUNICIPAIS, quando houver inscrição.  
Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo quando houver irregularidade.

Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do proponente como vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste

Pregão, se outro prazo não constar no documento, ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

### **DECLARAÇÕES**

O licitante deverá declarar que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- g) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- h) Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
- i) Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de CAPITÓLIO/MG que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
- j) Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- k) Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções

previstas em lei e neste Edital.

#### **14. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

14.1 A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

#### **15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

15.1 Para julgamento e classificação das propostas o pregoeiro verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela de menor preço por item, com ou sem apresentação de lances, e as demais em ordem crescente.

#### **16. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

16.1 O preço será fixo e irrevogável, no prazo de um ano, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do Contratado e com comprovação documental, nas condições previstas na Lei 14.133/2021, devendo encaminhar o requerimento ao Prefeito ou gestor do contrato, que deverão proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

17.1 A solução Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das 03 justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- A realização do Pregão Eletrônico no Registro de Preço é a melhor forma para a aquisição em referência, já que proporciona a compra dos itens quando for necessário, e ainda, é realizada uma disputa de preços na sessão, proporcionando uma compra com maior economicidade e possibilita os eventuais atendimentos nas solicitações de mudas e congêneres para a manutenção continuada das áreas públicas.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos,

como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 4º do Decreto Nº 408/2023: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Dessa forma, definiu-se pelo registro de preço, devido à forma de entrega que será parcelada, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, conforme termo de referência o quantitativo foi estimado para uso em um ano.

Em relação ao pregão, sendo está a modalidade para a aquisição de bem comum, é a que melhor enquadra, pois o objeto a ser licitado é objeto que pode ser definido de forma objetiva no edital.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **19. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

19.1 O documento apresentado descreve de acordo com o Estudo Técnico Preliminar de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

19.2 Dessa forma, aprovo o presente Termo de Referência.

Capitólio, 12 de julho de 2024.

**Wesley Almeida Teixeira**  
**Secretário de Desenvolvimento E. Sustentável**

## **ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **2. NECESSIDADE**

#### **2.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A promoção e revitalização canteiros centrais de vias, rotatórias, orla da lagoa, praças, arborização de logradouros públicos e áreas verdes, pertencentes ao Município, considerando a tendência de humanização e harmonização paisagística para o bem estar dos munícipes e turistas.

Estas atividades trazem diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos a saúde dos indivíduos, como, por exemplo, a redução do sedentarismo e amenizar o estresse do cotidiano urbano. Assim, o planejamento correto e a conservação de locais públicos se revelam como significativa estratégia para uma política efetiva do projeto urbano e da saúde pública.

Considerando que pode trazer qualidade de vida para a população, pois, proporcionam contato com a natureza e suas estruturas e qualidade ambiental, quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer.

- Sendo assim, faz-se necessário a realização do processo licitatório, para atender as demandas do município, promovendo saúde e bem estar à população.

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1. - Requisitos Mínimos de Qualidade:**

São Necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

Os requisitos resumem-se nos padrões mínimos de qualidade, bem como no prazo de garantia de cada item descrito no Termo de Referência.

Todas as plantas deverão ser apresentadas cumprindo os seguintes requisitos:

- Estado fitossanitário livre de pragas, doenças e nematoides;
- Sem a presença de plantas invasoras perenes no recipiente do torrão ou substrato (tiririca, grama seda e outras);
- A planta deve estar aclimatada para o seu respectivo ambiente de plantio;
- Porte, da planta, conforme descrito no edital;
- Aparência nutricional saudável;

- Atender as especificações de cada planta conforme sua identidade;

#### 1.2. - *Requisitos de Sustentabilidade:*

- c) A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.
- d) As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto à observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013, no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais.

#### 1.3. - *Requisitos Contratuais*

- c) O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- d) O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

#### - **Requisitos de habilitação**

##### **a) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURIDICA**

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **b) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**



Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, quando houver inscrição.

Prova de regularidade para com os débitos MUNICIPAIS, quando houver inscrição.

Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo quando houver irregularidade.

Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do proponente como vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### **c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento, ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

#### **d) DECLARAÇÕES**

**O licitante deverá declarar que:**

Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta

apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de CAPITÓLIO/MG que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;

Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei..

**- Os demais padrões mínimos dos itens estão discriminados nas descrições de cada item.**

## **5. SOLUÇÃO**

### **5.1 LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (DECRETO 406/2023)

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da

administração; e

b) ser realizada consulta, audi6ncia p6blica ou di6logo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuiç6es.

- A Administraç6o j6 realizou diversos Preg6es Eletr6nicos com os materiais descritos e constatou que o mesmo atende perfeitamente as necessidades do Munic6pio.

- Foram mantidos os materiais j6 adquiridos anteriormente, pois os mesmos atendem aos padr6es de qualidade e desempenho necess6rios.

- Foram consideradas outras opç6es log6sticas menos onerosas 6 Administraç6o, tais como chamamentos p6blicos de doaç6o e permutas.

- Ap6s a pesquisa de mercado, a equipe se sentiu segura para a descriç6o do objeto e a consequente coleta de orçamento.

## 5.2 SOLUÇ6O

**Fundamentaç6o:** Descriç6o da soluç6o como um todo, inclusive das exig6ncias relacionadas 6 manutenç6o e 6 assist6ncia t6cnica, quando for o caso, acompanhada das 3 justificativas t6cnica e econ6mica da escolha do tipo de soluç6o (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- A realizaç6o do Preg6o Eletr6nico no Registro de Preço 6 a melhor forma para a aquisiç6o em refer6ncia, j6 que proporciona a compra dos itens quando for necess6rio, e ainda, 6 realizada uma disputa de preç6s na sess6o, proporcionando uma compra com maior economicidade e possibilita os eventuais atendimentos nas solicitaç6es de mudas e cong6neres para a manutenç6o continuada das 6reas p6blicas.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contrataç6es para aquisiç6o de bens ou produtos, como para a prestaç6o de serviç6s, desde que o objeto se enquadre em uma das hip6teses previstas no Art. 4º do Decreto Nº 408/2023: necessidade de contrataç6es permanentes ou frequentes; aquisiç6o de bens com previs6o de entregas parceladas ou contrataç6o de serviç6s remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisiç6o de bens ou a contrataç6o de serviç6s para atendimento a mais de um 6rg6o ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, n6o for poss6vel definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administraç6o.

Dessa forma, definiu-se pelo registro de preço, devido a forma de entrega que ser6 parceladas, n6o sendo poss6vel definir previamente o quantitativo a ser demandado, conforme termo de refer6ncia o quantitativo foi estimado para uso em um ano.

Em relaç6o ao preg6o, sendo est6 a modalidade para a aquisiç6o de bem comum, 6 a que melhor enquadra, pois o objeto a ser licitado 6 objeto que pode ser definido de forma objetiva no edital.

## 5.3 ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

**Fundamentaç6o:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das mem6rias de c6lculo e dos documentos que lhe d6o suporte, considerando a interdepend6ncia com outras contrataç6es, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021). As quantidades estimadas est6o descritas no quadro a seguir.

PRODUTO	Unid. Medida	Quantidade
Muda de Quaresmeira Caracter6sticas das mudas:	Unid	50

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca76o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa forma76o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica76es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli76a de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra76o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>		
<p><b>Muda de 6rvore Samambaia (<i>Filicium Decipiens</i>)</b></p> <p><b>Caracter6sticas das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca76o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa forma76o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica76es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli76a de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra76o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	Unid	80
<p><b>Muda de Resed6 (cores variadas)</b></p> <p><b>Caracter6sticas das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca76o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa forma76o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica76es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli76a de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra76o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	Unid	50
<p><b>Muda de Ip6 (cores variadas)</b></p> <p><b>Caracter6sticas das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca76o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa forma76o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica76es</li> <li>- Aus6ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli76a de eucalipto ou outra resistente com di6metro m6nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra76o da muda no tutor que n6o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	Unid	50
<p><b>Muda de Lofanteira</b></p> <p><b>Caracter6sticas das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m6nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca76o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di6metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit6rio</li> <li>- Boa forma76o com fuste 6nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica76es</li> </ul>	Unid	50

<p>- Ausência de sinais de estiolamento</p> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <p>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>		
<p><b>Muda de Sete Copas</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <p>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	Unid	50
<p><b>Muda de Pata de Vaca</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <p>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	Unid	50
<p><b>Muda de Manacá da Serra</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <p>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</p>	Unid	50
<p><b>Muda de Flamboyant</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <p>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou</p>	Unid	50

borracha).		
<b>Muda de Sibipiruna</b> <b>Características das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	Unid	50
Muda - <b>Estrelitzia</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	Unid	50
Muda – <b>Palmeira Rabo de Raposa</b> , com altura mínima de 2,0 metros.	Unid	100
Muda – <b>Coco Anão</b> , com altura mínima de 1,5 metros.	Unid	100
Muda - <b>Bougavile Arbustivo (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	Unid	100
Muda - <b>Bougavile Trepadeira (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	Unid	100
Muda – <b>Mini Rosas (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,15 metros.	Unid	100
Muda – <b>Palmeira Fenix</b> , com altura minima de 1,0 metros.	Unid	100
Muda - <b>Bromélia</b> , com aproximadamente 0,50 metros	Unid	50
Muda - <b>Ixora africana</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	Unid	500
Muda - <b>Agapanto</b> , com aproximadamente 0,30 metros.	Unid	500
Caixa com 15 unidades - <b>Liriopes (Liriope spicata)</b> .	Caixa	200
Caixa com 15 unidades - <b>Lantana Camará</b> , diversas cores.	Caixa	150
Muda – <b>Sálvia Vermelha</b> .	Unid	1.000
Muda – <b>Tagete Anã</b> , diversas cores.	Unid	3.000
Muda - <b>Azaléia</b> , com aproximadamente 0,40 metros e de diversas cores.	Unid	50
Muda – <b>Periquito Vermelho</b>	Unid	3.000
Muda - <b>Cica</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	Unid	50
Muda - <b>SunPatiens</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	Unid	5.000
Muda – <b>Pingo de Ouro</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	Unid	150
Muda – <b>Lavanda Alfazema</b> , com aproximadamente 0,20 metros.	Unid	1200
Muda – <b>Trepadeira Sete Legua</b> , com aproximadamente 0,80 metros.	Unid	20
Muda – Rabo de gato Acalypha reptans, com aproximadamente 0,40 metros	Unid	1000
Gramma amendoim – 0,15 metros	Unid	1500
Mudas - Trepadeira Jade (Vermelha, negra ou Azul)	Unid	100
Substrato de composto orgânico (saco com 20Kg)	Saco	200
Adubo Superfosfato Simples (saco com 50Kg) , com composição de 18% de f6sforo, 16% de cálcio e 10% de enxofre	Saco	10
Adubo NPK 20-05-20 (saco com 25Kg), com composição de 20% de nitrogênio, 5 % de f6sforo e 20% de potássio	Saco	20
<b>Gramma esmeralda (Zoysia japonica)</b> bem enraizada e isenta de pragas e doenças, com tapetes em formato retangular nas medidas 62,5 x 40cm.	M²	5.000

#### 5.4 ESTIMATIVA DO VALOR

**Fundamenta73o:** Estimativa do valor da contrata733o, acompanhada dos pre73os unit3rios referenciais, das mem3rias de c3lculo e dos documentos que lhe d3o suporte, que poder3o constar de anexo classificado, se a administra733o optar por preservar o seu sigilo at3 a conclus3o da licita733o (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

#### Conclus3o da Estimativa Pre73o de Refer3ncia

PRODUTO	PRE73O M3DIO
<b>Muda de Quaresmeira</b> <b>Caracter3sticas das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m3nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca733o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di3metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit3rio</li> <li>- Boa forma733o com fuste 3nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica733es</li> <li>- Aus3ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli73a de eucalipto ou outra resistente com di3metro m3nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra733o da muda no tutor que n3o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 170,00
<b>Muda de 3rvore Samambaia (<i>Filicium Decipiens</i>)</b> <b>Caracter3sticas das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m3nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca733o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di3metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit3rio</li> <li>- Boa forma733o com fuste 3nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica733es</li> <li>- Aus3ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli73a de eucalipto ou outra resistente com di3metro m3nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra733o da muda no tutor que n3o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00
<b>Muda de Resed3 (cores variadas)</b> <b>Caracter3sticas das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m3nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca733o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di3metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit3rio</li> <li>- Boa forma733o com fuste 3nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica733es</li> <li>- Aus3ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli73a de eucalipto ou outra resistente com di3metro m3nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra733o da muda no tutor que n3o venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$170,00
<b>Muda de Ip3 (cores variadas)</b> <b>Caracter3sticas das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura m3nima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurca733o</li> <li>- DAP: 2,5 cm (di3metro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanit3rio</li> <li>- Boa forma733o com fuste 3nico</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramifica733es</li> <li>- Aus3ncia de sinais de estiolamento</li> </ul> <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roli73a de eucalipto ou outra resistente com di3metro m3nimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarra733o da muda no tutor que n3o</li> </ul>	R\$ 160,00



venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).	
<p><b>Muda de Lofanteira</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00
<p><b>Muda de Sete Copas</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00
<p><b>Muda de Pata de Vaca</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 160,00
<p><b>Muda de Manacá da Serra</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul> <p><b>Incluso tutoramento das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).</li> </ul>	R\$ 170,00
<p><b>Muda de Flamboyant</b></p> <p><b>Características das mudas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação</li> <li>- DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito)</li> <li>- Bom estado fitossanitário</li> <li>- Boa formação com fuste único</li> <li>- Copa com pelo menos 3 ramificações</li> <li>- Ausência de sinais de estiolamento</li> </ul>	R\$ 170,00

<b>Incluso tutoramento das mudas:</b> - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).	
<b>Muda de Sibipiruna</b> <b>Características das mudas:</b> - Altura mínima de 2,0 m entre o colo e a primeira bifurcação - DAP: 2,5 cm (diâmetro na altura do peito) - Bom estado fitossanitário - Boa formação com fuste único - Copa com pelo menos 3 ramificações - Ausência de sinais de estiolamento <b>Incluso tutoramento das mudas:</b> - Madeira roliça de eucalipto ou outra resistente com diâmetro mínimo de 6 cm e comprimento de 2 metros e material para amarração da muda no tutor que não venha anelar a muda, podendo ser corda de sisal ou borracha).	R\$ 170,00
Muda - <b>Estrelitzia</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 30,00
Muda – <b>Palmeira Rabo de Raposa</b> , com altura mínima de 2,0 metros.	R\$ 156,66
Muda – <b>Coco Anão</b> , com altura mínima de 1,5 metros.	R\$ 61,66
Muda - <b>Bougavile Arbustivo (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	R\$ 51,66
Muda - <b>Bougavile Trepadeira (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,60 metros.	R\$ 19,00
Muda – <b>Mini Rosas (cores variadas)</b> , com aproximadamente 0,15 metros.	R\$5,33
Muda – <b>Palmeira Fenix</b> , com altura minima de 1,0 metros.	R\$ 106,66
Muda - <b>Bromélia</b> , com aproximadamente 0,50 metros	R\$ 60,00
Muda - <b>Ixora africana</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	R\$ 11,66
Muda - <b>Agapanto</b> , com aproximadamente 0,30 metros.	R\$ 6,72
Caixa com 15 unidades - <b>Liriope</b> ( <i>Liriope spicata</i> ).	R\$ 52,50
Caixa com 15 unidades - <b>Lantana Camará</b> , diversas cores.	R\$ 48,33
Muda – <b>Sálvia Vermelha</b> .	R\$ 3,26
Muda – <b>Tagete Anã</b> , diversas cores.	R\$ 3,26
Muda - <b>Azaléia</b> , com aproximadamente 0,40 metros e de diversas cores.	R\$ 11,67
Muda – <b>Periquito Vermelho</b>	R\$ 3,10
Muda - <b>Cica</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 110,00
Muda - <b>SunPatiens</b> , com aproximadamente 0,30 metros, com flor.	R\$ 7,50
Muda – <b>Pingo de Ouro</b> , com aproximadamente 0,50 metros.	R\$ 6,06
Muda – <b>Lavanda Alfazema</b> , com aproximadamente 0,20 metros.	R\$ 3,50
Muda – <b>Trepadeira Sete Legua</b> , com aproximadamente 0,80 metros.	R\$ 23,33
Muda – Rabo de gato <i>Acalypha reptans</i> , com aproximadamente 0,40 metros	R\$ 8,06
Gramma amendoim – 0,15 metros	R\$ 1,00
Mudas - Trepadeira Jade (Vermelha, negra ou Azul)	R\$ 58,33
Substrato de composto orgânico (saco com 20Kg)	R\$ 35,00
Adubo Superfosfato Simples (saco com 50Kg) , com composição de 18% de f6sforo, 16% de c6lcio e 10% de enxofre	R\$ 128,00
Adubo NPK 20-05-20 (saco com 25Kg), com composição de 20% de nitrog6nio, 5 % de f6sforo e 20% de pot6ssio	R\$ 139,33
<b>Gramma esmeralda</b> ( <i>Zoysia japonica</i> ) bem enraizada e isenta de pragas e doenç6s, com tapetes em formato retangular nas medidas 62,5 x 40cm.	R\$ 14,93
<b>TOTAL:</b>	331.497,46

**5.5 JUSTIFICATIVA COTAÇÃO:** Considerando que a pesquisa de preç6s feita seguindo os parâmetros preconizados pelo decreto Municipal 406/2023, que nos permite obter preç6s compatíveis com as especificações exatas do bem. Ressaltando que o painel de preç6s disponibiliza informações de todas as

compras públicas do Governo Federal e subentende-se que aquisições e contratações similares de outros entes públicos ficam contemplados, este foi o parâmetro prioritário utilizado para a pesquisa de preços. A metodologia escolhida foi à média de preços, pois os valores obtidos foram analisados como homogêneos. Seguindo o decreto municipal citado acima, utilizamos a ordem de pesquisa: Pannel de preço (art 9. inciso I); contratações similares de entes públicos (art. 9 inciso II); banco de dados de preço e sistemas de cotação online (art. 9 inciso III), em cada uma das etapas foram comprovadas quando não se obtinha resultado de pesquisa de preço.

Dessa forma, justifico que no artigo 9º Inciso I- que não foi possível encontrar cotação de todos os itens no Pannel de Preços (encontramos somente os itens; 20,25 e 38), os itens restantes não atendiam as descrições solicitadas, no Inciso II, Contratações Similares (encontramos somente os itens, 12, 22, 27, 36, 38, os valores dos itens 12, 27 e 22, não foram usados para fazer média, pois estavam discrepantes, o restante dos itens, ao efetuar a busca não atendiam as descrições solicitadas. Sendo assim, foi necessário que a pesquisa seguisse pelo Inciso III, que não foi localizado. De maneira a compor a estimativa de preço médio dos itens, conforme retrata a tabela acima, usamos o Inciso IV, realizando cotações diretas com os fornecedores, pois, estes atendem as especificações e necessidades do município, estando localizados na região do município de Capitólio

## **6. JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

## **7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- Não foram identificadas contratações interdependentes neste caso.

## **8. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

**Fundamentação:** Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- Como exposto nos tópicos anteriores, a licitação em referência é para manutenção de áreas verdes/paisagísticas do município, como também a manutenção das áreas já existentes.

- O alinhamento entre a contratação e o planejamento está assegurado por existir disponibilidade financeira e orçamentária previstas para 2024, evitando-se desequilíbrios financeiros e garantida a viabilidade da contratação.

O plano de contratação não é obrigatório ao ente municipal cabendo ainda sua regulamentação e elaboração.

## 9. PLANEJAMENTO

### 9.1 RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamenta73o:** Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustent3vel;

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros dispon3veis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- Com base nos pre7os m3dios constantes no termo de refer3ncia do Edital, pretender-se obter um melhor pre7o para os itens em quest3o, em decorr3ncia da disputa realizada durante o certame.
- Com o processo finalizado e homologado, ser3 poss3vel atender aos setores demandantes quando precisarem dos produtos, o que possibilitar3 o bom funcionamento dos trabalhos.
- Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros dispon3veis.

Melhoria da est3tica da cidade em rela73o ao paisagismo
Ganho de qualidade de vida das pessoas que frequentam e transitam por esses locais
Propaga73o da consci3ncia ambiental e sustent3vel para a promo73o da melhoria e qualidade vida
Maior intera73o entre pessoas e natureza
Valoriza73o do cart3o postal do munic3pio

### 9.2 PROVID3NCIAS

**Fundamenta73o:** Provid3ncias a serem adotadas pela administra73o previamente 3 celebra73o do contrato, inclusive quanto 3 capacita73o de servidores ou de empregados para fiscaliza73o e gest3o contratual ou adequa73o do ambiente da organiza73o; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Em rela73o 3 entrega dos itens, ser3 de responsabilidade do fornecedor que depositar3 os itens em local definido pela secretaria, sendo nos locais de plantio ou outro local de depend3ncia publica municipal.

- Em rela73o aos plantios, o munic3pio possui contrato vigente com empresa que presta servi7o de jardinagem e manuten73o das 3reas. Demais 3reas que podem vir a necessitar de plantios, o munic3pio desprender3 de m3o de obra dos servidores municipais.
  - Os materiais em refer3ncia s3o importantes para a arboriza73o e manuten73o e preserva73o da natureza nas 3reas p3blicas do munic3pio.
  - Todos os produtos s3o utilizados por profissionais capacitados, sendo dispensado treinamento de pessoal para uso dos materiais constantes desse processo licitat3rio.
  - N3o verifica-se contrata73es correlatas nem interdependentes para viabilidade e contrata73o desta demanda.
- A m3o de obra para o plantio ser3 realizada pelos oper3rios do munic3pio.

### 9.3 IMPACTO AMBIENTAL

**Fundamenta73o:** Poss3veis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

- Respektivas medidas mitigadoras, inclu3dos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como log3stica reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplic3vel; e
- Impactos positivos com melhoramento da paisagem, inser73o de 3rvores no ambiente constru3do.

- As medidas mitigadoras devem ser implementadas especialmente pelo fornecedor:
- Os demais produtos deste processo licitatório não agredem ao meio ambiente, os materiais utilizados na preparação, instalação, bem como as embalagens vazias, serão encaminhadas para reciclagem.
- O município de Capitólio conta com uma Associação de reciclagem e local adequado para coleta de produtos recicláveis, que são posteriormente vendidos pela Associação de catadores do município.

## **10. VIABILIDADE**

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

- A aquisição em referência é totalmente viável, para a necessária manutenção das áreas verdes/paisagísticas do município, uma vez que são de extrema importância para a saúde física e visual da população como também para a preservação da natureza em nosso município.
- A realização do processo licitatório no Pregão Eletrônico do Registro de Preços, permitirá a aquisição dos itens necessários, com maior economicidade e eficiência, o que torna a aquisição totalmente viável para o município.

## **11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO**

Equipe técnica: Wesley Almeida Teixeira - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

**Wesley Almeida Teixeira**

**Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável**

Capitólio-MG, 12 de julho de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.726.028/0001- 40**

**Rua Monsenhor Mário da Silveira, 110 Centro – CEP 37930-000**

**Fone: (37) 3373-0300 Adm.: 2021/2024**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

<b>DADOS DA LICITANTE</b>			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:		INSC. ESTADUAL:	
ENDEREÇO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:
TELEFONE:		E-MAIL:	
<b>RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO</b>			
NOME:		CPF:	RG:
ENDEREÇO:			
<b>PARA PAGAMENTO VIA SISTEMA BANCÁRIO</b>			
Nº BANCO:	BANCO:	AG:	CONTA:

Prezado Senhor,

Venho através deste, apresentar proposta a Prefeitura Municipal de CAPITÓLIO/MG, para a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência:

Item	Descrição do Produto	Quantidade Solicitada	Marca	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total

- 1) Preço Total da Proposta **R\$** ..... (.....).
- 2) Condições de pagamento: **Conforme edital e Termo de Referência;**
- 3) Prazo de entrega: Conforme termo de referência
- 4) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- 5) Local de Entrega: conforme descrito no termo de referência.

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com todas as condições gerais e especiais estabelecidas no Edital e seus anexos, que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ..... de .....de 2024.

.....

**Nome**

Cargo

CPF

RG



## ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa., inscrita no CNPJ n.º ..., sediada na .., bairro ..., cidade ..., por seu Administrador, o Sr. ..., brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação no Processo de Licitação supra citada, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de CAPITÓLIO/MG que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
8. Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
9. Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo a presente.

...../....., ..... de ..... de 2024.

.....

**Nome Completo / Cargo / CPF ..... / RG .....**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR**  
**MICRO-EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO**  
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ n.º ....., sediada na ....., bairro ....., cidade ....., por seu Administrador, o Sr. ...., brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º ....., inscrito no CPF n.º ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que o limite de faturamento não foi ultrapassado e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/200 e suas alterações, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Declaro que no ano-calendário de realização da licitação, não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo a presente.

...../....., ..... de ..... de 2024.

.....

**Nome Completo**

Cargo

CPF .....

RG .....

**ANEXO VI - MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇO**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

Aos ..... dias do mês de ..... de **2024**, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO-MG**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Mons. Mário da Silveira, 110 – centro - Capitólio-MG inscrita no CNPJ sob nº 16.726.028/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito(a) Municipal, Sr(a) Cristiano Geraldo da Silva, através de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL**, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTROS DE PREÇOS Nº. 11/2024, e de outro lado, a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em ...../...../2024, doravante denominada **FORNECEDORA**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Capitólio - MG, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor a seguir relacionado, objetivando o compromisso da aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

**– Fornecedor (es) Registrado (s)**

**Empresa :** ....., inscrita no CNPJ sob o nº. ...., com sede administrativa na rua....., nº. ...., bairro: ...., na cidade de ....., CEP: ...., telefone: (0xx) ...., fax: (0xx) ....., neste ato representada por, ....., brasileiro, casado/solteiro, inscrito no CPF sob o nº ....., RG ....., residente e domiciliado na rua ....., nº. ...., bairro: ...., na cidade de ...., CEP: ....

**1. DO OBJETO:** o objeto da presente Ata é a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme descrições constantes do quadro demonstrativo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E PRODUTO	QUANTIDADE SOLICITADA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
X	X	X	X	X

Valor total registrado: R\$ ..... (.....).

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** o ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Capitólio - MG mediante assinatura de **Contrato**, observadas as disposições

contidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº. 12/2024** ou outro instrumento, na forma prevista pelo art. 16 do Decreto Municipal nº 408/2023.

**2.1.** O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** o Município de Capitólio - MG adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

**3.1.** Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 408/2023.

**4. DOS PREÇOS:** O preço será fixo e irrevogável, no prazo de um ano, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do Contratado e com comprovação documental, nas condições previstas na Lei 14.133/2021, devendo encaminhar o requerimento ao Prefeito ou gestor do contrato, que deverão proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**4.1.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

**4.2.** Após o interregno de um ano, contado da data base fixada na Ata de Registro de Preços, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.4.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.5.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**4.6.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**5. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá validade de **01 (um) ano** contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que: I – o (s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações; e II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

**6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1** O controle dos recebimentos será realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que determinará as entregas de acordo com a necessidade e caso não forem cumpridos irá caracterizar o descumprimento contratual.

**6.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6.3** O local de entrega dos itens será no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Capitólio, endereço: Rua E nº 110 - Bairro Nossa Senhora Aparecida – Capitólio/MG 37930-000.

**6.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.5** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de dez dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do mediante termo circunstanciado.

**6.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6.8** GARANTIA: a empresa obriga-se a garantir, os produtos/itens comprometendo-se, a adotar as medidas corretivas necessárias, no prazo de 05 dias corridos após a notificação feita pela CONTRATANTE, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no contrato.

**6.9** A contratada após o recebimento da nota de empenho deverá entregar a quantidade dos itens com as especificações e quantidades constantes na nota de empenho, bem como atender as exigências de qualidade no horário de funcionamento de Segunda à Sexta- feira das 08h: 00 às 17h:00, no prazo de 10 (dez) dias.

**6.10** O recebimento dos produtos/itens não exclui a responsabilidade pela solidez e segurança dos produtos, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo instrumento contratual;

**6.11** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar as suas custas, o que for recusado por apresentar-se contraditório ou distinto dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste termo de referência;

**6.12** Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, indiscutivelmente novos e sem uso, acondicionado em embalagem própria, conforme a do fabricante, garantindo sua integridade, rotulada, de acordo com a legislação em vigor, em perfeitas condições de uso, bem como em conformidade com especificado neste Termo de Referência;

**6.13** Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

## **7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

### **7.1 Compete ao ÓRGÃO GESTOR:**

- a) Administrar a presente Ata, devendo nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados;
- b) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

- c) Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor Detentor do Preço Registrado no valor correspondente ao fornecimento dos bens/produtos/serviços;
- d) Efetuar o pagamento referente ao objeto à Contratada nos termos avençados entre as partes;
- e) Acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;
- f) Realizar o procedimento licitatório pertinente;
- g) Indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços;
- h) Informar sobre existência de pedido de revisão de preços pendente de julgamento ou decisão;
- i) Acompanhar o consumo dos itens registrados pelos órgãos participantes e pelos órgãos não participantes;
- j) Receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente;
- k) Conduzir e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e no acompanhamento da ata de registro de preços;
- l) Aplicar sanção de impedimento de licitar e contratar, resultante de infrações aos termos dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, durante a sua vigência;
- m) Submeter a proposta de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao secretário municipal ou autoridade máxima do órgão ou entidade, resultante de infrações aos termos dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, praticadas durante a sua vigência;
- n) Autorizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços;
- o) Divulgar na Internet, em página mantida pelo Município de Capitólio, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes;
- p) Cancelar e rescindir a ata de registro de preços

## **7.2. Compete ao FORNECEDOR:**

- a) Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro.
- b) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- c) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, cargas e descargas, se houver, desde a origem até a sua entrega no local de destino; sendo vedado ceder ou subcontratar total ou parcialmente, o objeto desta Ata.
- d) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte os produtos/serviços/materiais em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- e) Observar os prazos estipulados.
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GESTOR e/ou ORGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
- g) Aceitar os acréscimos nos quantitativos, sempre nas mesmas condições registradas;

- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Capitólio - MG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.
- i) Aceitar, sem restrições, a fiscalização do ÓRGÃO GESTOR, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento.
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados ao ÓRGÃO GESTOR ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados;
- k) Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos produtos/serviços/materiais;
- l) Responder pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;
- m) Garantir a boa qualidade dos produtos/serviços/materiais entregues;
- n) Absorver qualquer tributo, seja, federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos que constituem objeto deste contrato, correndo a sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativa ou judicialmente, de cobrar ao ÓRGÃO GESTOR, qualquer tributo, ainda que suscetível de translação;
- o) Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento;
- p) Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pelo ÓRGÃO GESTOR em caso de serem acionados judicialmente;
- q) Cumprir, as responsabilidades, as obrigações e as condições de entrega constantes do Termo de Referência/Especificação técnica.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:**

**8.1** O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
- III - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- IV - Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- V - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

**8.2.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

**8.3.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.



**9. DAS PENALIDADES:**

**9.1.** O detentor da ata ou contrato será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**9.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021.

**10. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador, no prazo legal, bem como, sua disponibilização no Portal Nacional de Compras Públicas.

**11. DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de Piumhi - MG, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Capitólio/MG,..... de ..... de 2024.

Cristiano Geraldo da Silva  
Prefeito Municipal

Wesley Almeida Teixeira  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXX – Adjudicatária

TESTEMUNHAS:

01) \_\_\_\_\_ 02) \_\_\_\_\_

**ANEXO VII - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 32/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL para aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme especificações constantes deste edital.**

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO-MG**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Mons. Mário da Silveira, 110 – centro - Capitólio-MG inscrita no CNPJ sob nº 16.726.028/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito(a) Municipal, Sr(a) Cristiano Geraldo da Silva, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., sediada na cidade de... à ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada por ..., ....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **CONTRATADA**, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA -DOS FUNDAMENTOS E NORMAS DE EXECUÇÃO**

**1.1** O presente instrumento contratual decorre do Pregão Eletrônico 12/2024, Processo 32/2024, homologada em..., do tipo Menor Preço por item, e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

**1.2** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei supramencionada e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público;

**1.3** Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão nº 12/2024 na forma eletrônica, Termo de Referência e proposta da contratada.

**1.4** Integra o presente Contrato, ao respectivo Processo sob o nº 32/2024.

**1.5** Das normas de execução, a contratada obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição.

**1.6** Não haverá exigência de garantia contratual de execução, porquanto, não haverá pagamento antecipado.

**1.7** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

**2.1** Constitui-se objeto deste instrumento a aquisição futura e eventual de mudas nativas e ornamentais, gramas e insumos para manutenção do paisagismo dos logradouros e das áreas verdes do Município, conforme

especificações constantes deste edital, conforme especificações constantes deste instrumento, atendendo a discriminação contida no Termo de Referência – integrante deste Edital.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

#### **3.1 DA CONTRATADA:**

**3.1.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**3.1.1.1** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*.

**3.1.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**3.1.1.3** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**3.1.1.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**3.1.1.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**3.1.1.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**3.1.1.7** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**3.1.1.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**3.1.1.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**3.1.1.10** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**3.1.1.11** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**3.1.1.12** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**3.1.1.13** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**3.1.1.14** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**3.1.1.15** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.1.1.16** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**3.1.1.17** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**3.1.1.18** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**3.1.1.19** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**3.1.1.20** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**3.1.1.21** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**3.1.1.22** Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da contratada.

## **3.2 DA CONTRATANTE:**

**3.2.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**3.2.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

**3.2.3** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**3.2.4** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**3.2.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, com responsável previamente designado;

**3.2.6** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

**3.2.7** Realizar avaliações periódicas e adequadas aos procedimentos utilizados na execução do contrato, notificando, imediatamente e por escrito, qualquer problema ou irregularidade encontrada;

**3.2.8** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.2.9** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**3.2.10** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**3.2.11** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**3.2.12** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1** O contrato terá vigência de 01 (um) ano contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2** A Administração terá a opção extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1** A contratada após o recebimento da nota de empenho deverá entregar a quantidade dos itens com as especificações e quantidades constantes na nota de empenho, bem como atender as exigências de qualidade no horário de funcionamento de Segunda à Sexta- feira das 08h:00 às 17h:00, no prazo de 15 (quinze) dias.

**5.2** O controle dos recebimentos será realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Economico Sustentável, que determinará as entregas de acordo com a necessidade e caso não forem cumpridos irá caracterizar o descumprimento contratual.

**5.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.5** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do mediante termo circunstanciado.

**5.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.7** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5.8** GARANTIA: a empresa obriga-se a garantir, os produtos/itens comprometendo-se, a adotar as medidas corretivas necessárias, no prazo de 05 dias corridos após a notificação feita pela CONTRATANTE, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no contrato.

**5.9** Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, indiscutivelmente novos e sem uso, acondicionado em embalagem própria, conforme a do fabricante, garantindo sua integridade, rotulada, de acordo com a legislação em vigor, em perfeitas condições de uso, bem como em conformidade com especificado neste Termo de Referência.

**5.10** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar as suas custas, o que for recusado por apresentar-se contraditório ou distinto dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste termo de referência;

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

**6.1** **PREÇO** - O preço da presente contratação atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):

**6.1.1** **VALOR UNITÁRIO** - Os valores unitários para a presente contratação são de: Item..., Valor R\$... (...);

**6.1.2** **VALOR GLOBAL** - O valor global para a presente contratação é de R\$...(....);

**6.2** **FORMA DE PAGAMENTO** – O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.3.** **REAJUSTE** - O preço será fixo e irrevogável, no prazo de um ano, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do Contratado e com comprovação documental, nas condições previstas na Lei 14.133/2021, devendo encaminhar o requerimento ao Prefeito ou gestor do contrato, que deverão proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**6.3.1** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.3.3** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**6.3.4** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.3.5** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**7.1** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**7.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**7.3** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO**

**8.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no diário oficial do município e quando for o caso no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

**9.1.** Fica designado como Fiscal do Contrato o Diretor de Políticas de Regularização Ambiental, Diogo César Vilela e como Gestor, o Secretario de Desenvolvimento Economico Sustentavel, Wesley Almeida Teixeira.

**9.2.** O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, devendo a verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto Municipal nº 407/2023.

**9.3.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**9.4.** O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**9.5.** O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**9.6.** A conformidade do material a ser utilizado na execução deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



**9.7.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.10.15.452.0008.2249.339030, 02.15.18541.0008.2249.339030, 02.18.15.512.0009.2211.339030, consignada no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2024 e sua correspondente para o exercício subsequente, se for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS**

**11.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**11.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**11.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### IV. Multa:

- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Piumhi /MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja;

**14.2** E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Capitólio /MG \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Capitólio

Cristiano Geraldo da Silva – Prefeito Municipal

EMPRESA CONTRATADA: Razão social/ CNPJ/ Endereço:

Nome do responsável legal/ CPF:

TESTEMUNHAS: 01) \_\_\_\_\_ 02) \_\_\_\_\_